

Américo Oliveira *versus* American Power: A Gazeta, a “Central” Brasileira e a eletricidade no Espírito Santo (1946-1958)

Douglas Edward Furness Grandson

Resumo:

Este artigo versa sobre a atuação da American & Foreign Power (AMFORP) no Espírito Santo por meio da sua subsidiária local, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), fornecedora dos serviços de eletricidade, transportes urbanos e telefonia. Por outro lado, analisa a reação regional efetivada pelo médico Américo Oliveira, que publicou uma série de artigos em A Gazeta. Esses documentos permitem a análise da cultura material da eletrificação capixaba; da reação regional mobilizada pelo médico Américo Oliveira e a sua transformação do contexto de 1946 até 1953, quando uniu a crítica moralista do tipo udenista ao nacionalismo. Utilizando a análise do discurso adaptada para historiadores e os conceitos de noções, crenças, projeto e propaganda de André R. V. V. Pereira foi possível indicar os atos comunicativos voltados para o convencimento público, onde os projetos nacionais e internacionais entraram em combate aberto.

Palavras-chave: AMFORP; Américo Oliveira; A Gazeta.

33

Abstract:

This article deals with American & Foreign Power performance in Espírito Santo through its local subsidiary, Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), the electricity, transport and telephony services operator. On other hand, it makes the analysis of regional reaction by medician Américo Oliveira, author of a series of articles in A Gazeta newspapers. These documents allow a possible analysis of material culture of capixaba electrification; also the regional reaction of medician Américo Oliveira and its transformation from 1946 to 1953 context, when he unified the moralism criticism of udenista culture to nationalism. Making the discuss analysis adapted for historians and the concepts of notions, beliefs, project and propaganda of André R. V. V. Pereira it was possible indicating the communicative acts turned for conquest of public conviction, when the nationals and internationals projects were entered in open combat.

Keywords: AMFORP; Américo Oliveira; A Gazeta.

Introdução

Após a Inglaterra ter sido o país pioneiro da Revolução Industrial, processo marcado pelos usos do carvão, do ferro e das máquinas, cem anos depois os EUA, Alemanha e França foram os países que partiram na frente da 2ª Revolução Industrial, marcada, por sua vez, pela exploração do petróleo, da eletricidade, do aço e das estradas de ferro. Isso conferiu aos países que largaram depois na escalada do desenvolvimento a facilidade de não terem que ordenar seus empresários por meio do Estado a renovarem as suas formas de produção e tecnologias, afinal, eles estavam partindo da inovação (HOBSBAWN, 2011).

David E. Nye fez um estudo sobre o desenvolvimento da eletrificação nos EUA, país pioneiro no uso desse insumo e de suas tecnologias correlatas. Em *Electrifying America: the Social Meanings of a new technology*, o autor indicou que os usos da eletricidade foram ditados pelos interesses do capital, delimitados por aqueles de detinham o poder sobre os empreendimentos (NYE, 1992).

O início de empresas como a *Thomas Edison General Electric*, a *Westinghouse* e a *Thomson Houston* contaram com a presença dos “capitães da indústria”, fundadores, inventores e divulgadores de seus empreendimentos. No controle de seus negócios, os donos dessas empresas lidavam diretamente com os seus empregados, com os seus financiadores e com os seus compradores. Porém, os custos do desenvolvimento dos inventos geraram a busca pelo capital financeiro na década de 1880, o que definiu os rumos da indústria na década seguinte. Com ações suficientes para assumir o controle desses empreendimentos, bancos como o J.P. Morgan tomaram a frente da General Electric, por exemplo, para o desgosto de Thomas Edison. Essa mudança destacou ainda mais o aspecto mercantil dos negócios em eletricidade (JONNES, 2004; HAUSMAN et al., 2008).

Desse modo, multinacionais foram criadas com o fito de obter rendas em outros países, com oportunidades de negócios, e para isso buscavam locais para se estabelecerem com facilidades legislativas para a movimentação de capitais. Surgiu então o tipo de investimento em multinacional sem enraizamento no país de origem do capital, nomeada pelos professores Hausman, Hertner e Wilkins como *unternehmergeschäft*. Portanto, capitais alemães eram investidos em empresas instaladas na Bélgica para operar na Argentina, como foi o caso da Sofina, ou os capitais ingleses e estadunidenses eram aplicados no Canadá para operar no Brasil, como foi o caso da Light (HAUSMAN et al, 2008).

A chegada do processo de eletrificação no Brasil ocorreu o início do século XX, a partir de iniciativas municipais e estaduais. No entanto, os empreendimentos de grande porte foram aqueles da empresa multinacional *Light*, e do grupo nacional Guinle. O professor Alexandre Saes (2010) indicou as tendências gerais para o estabelecimento do setor de serviços em países com histórico colonial, e a libertação do capital mobilizado na prática da escravidão. Cidades portuárias estruturadas para a exportação de bens agrícolas se tornaram locais de oportunidades para investimentos em transporte urbano, telefonia e fornecimento de eletricidade, fator que gerou a disputa entre o capital nacional

e internacional, como foi no caso dos *Conflitos de Capital* entre a Light e os irmãos Guinle, batalha vencida pelo empreendimento estrangeiro (SAES, 2010).

A concorrência se deu em torno da obtenção de concessões de exploração quedas d'água em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, para a prestação de serviços de produção de eletricidade, e, na década de 1920 os brasileiros se retiraram da disputa, vendendo as suas concessões para a *General Electric* (SAES, 2010).

Esse foi o caminho de entrada para a *American & Foreign Power* (AMFORP) no Brasil. A empresa foi criada pela *Electric Bond and Share*, parte do mesmo grupo da G.E., comandada pela J. P Morgan, em Nova Iorque. Após a compra das quedas d'água em poder dos Guinle, a empresa passou a firmar contratos com prefeituras e governos estaduais na 1ª República, de 1927 em diante (SAES, 2010).

A *Electric Bond and Share* foi estimulada pelo governo dos EUA em 1917, para atuar no Panamá, como modo de controlar os efeitos da 1ª Guerra mundial naquele país. Em 1919, o governo estadunidense se comunicou com a empresa para que ela adquirisse propriedades confiscadas dos alemães pelo governo da Guatemala, o que gerou a aquisição dos ativos. Em 1922 foi comprada a *Cuban Electric Corporation*, em Cuba. Após essas aquisições, a empresa filiada à J.P. Morgan decidiu criar a AMFORP, empreendimento dedicado à atuação na América Latina e com atividades na China e na Índia (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

O centro de comando da AMFORP no Brasil foi a subsidiária Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que depois foi renomeada para Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). De posse de uma estrutura multidivisional descentralizada, essa empresa municiou administrativamente as subsidiárias regionais da multinacional nas diversas cidades atendidas pelo empreendimento (FURNESS, 2022).

Os nomes das empresas espalhadas pelo território brasileiro eram diferentes, como verifiquei nas seis amostras que analisei: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em Niterói, Rio de Janeiro; Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo; a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), em Porto Alegre e Canoas, Rio Grande do Sul; a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLP), atuante em Curitiba, no Paraná; a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (CFLNB), atuante em Natal, Rio Grande do Norte e Maceió, Alagoas; a Pernambuco Tramways & Power Co., atuante sediada em Recife.

Em pesquisa anterior (FURNESS, 2022) foi possível chegar à algumas conclusões sobre a atuação da AMFORP do Brasil, dentre as quais são importantes para esse artigo: a) a de que a empresa efetuou uma ação organizada para a defesa dos interesses da empresa à revelia daqueles públicos nacionais; b) trabalhou massivamente uma narrativa que culpabilizou os poderes públicos pelas dificuldades que ela mesmo criou para o desenvolvimento nacional; c) articulou a publicidade e a ação dos seus gerentes nas regiões de modo a cooptar os jornais e lideranças regionais para uma solidariedade com os interesses do empreendimento; d) aplicou medidas paliativas de melhorias de seus serviços, deixando as cidades atendidas em situação de calamidade pública em serviços de transportes, eletricidade e telefonia; e) optou

pelo investimento em energia termelétrica, dando primazia aos derivados do petróleo, se esquivando de maiores investimentos em hidrelétricas (FURNESS, 2022).

Com apoio na compreensão de John Lewis Gaddis (2003) sobre as *Paisagens da História*, entendo que a história da AMFORP no Brasil tem início, meio e fim, o que torna o assunto propício para a análise das relações entre a empresa e o Brasil, e, por consequência, do Brasil com os EUA. Ou seja, saber da trajetória da empresa e das diversas questões colocadas na convivência entre os interesses privados com aqueles públicos nacionais brasileiros permite a análise das narrativas contidas nesse período, que foi de 1927 até 1965, acerca do quanto exageraram ou não os atores que se dedicaram ao assunto no campo dos acontecimentos e da propaganda.

A abordagem metodológica do professor André Ricardo Valle Vasco Pereira é cara a esse trabalho, pois a compreensão de que o discurso é um *ato comunicativo* empreendido para o convencimento em certas conjunturas indica que é necessário avaliar os documentos históricos em seus aspectos externo e interno, buscando os exageros da propaganda para a efetivação de projetos em andamento. Desse modo, concordamos com a divisão dos tempos históricos proposta por ele, que é apresentada da seguinte maneira: *concepções de mundo* (plano das noções e crenças sobre o mundo); do *projeto* (organização de objetivos por grupos com objetivos de médio prazo), e a *propaganda* (plano das narrativas ocorrida nos eventos) (PEREIRA, 2015).

No caso em questão, as subsidiárias da AMFORP foram municiadas pelo suporte da CAEEB para a efetivação dos seus interesses no Brasil, no caso, a exploração intensa do capital, por meio de uma propaganda publicitária e da inserção social dos gerentes junto aos círculos de poder das regiões atendidas pelo empreendimento. Como contrapartida, houve o encontro de propagandas, pois ocorreu a reação de setores sociais envolvidos com a indústria, desde as classes patronais até os industriários, visível em seis amostras escolhidas para a tese (FURNESS, 2022).

Nesse artigo é analisada uma das reações à AMFORP, que foi aquela do médico Américo de Oliveira, que escreveu colunas dedicadas à Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) desde 1946 até 1953. Dentro de uma variedade de reações e de mobilização de argumentos, as colunas permitem ler o quanto foram mobilizadas *crenças e noções* sobre o *projeto* da AMFORP, destacando as leituras expressas nas narrativas do colunista que fez ampla propaganda contrária ao empreendimento estrangeiro. Os acontecimentos externos ao documento indicam também o quanto Américo Oliveira, cujo discurso era fortemente ligado ao moralismo característico da União Democrática Nacional (UDN) passou a articular outras *noções* sobre as relações entre os interesses privados e nacionais, ligadas ao nacionalismo.

A sobrevivência da AMFORP no Espírito Santo e a continuidade das críticas feitas à sua subsidiária em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim permitem indicar as dificuldades encontradas por campos políticos mais estreitos no tocante à temas de amplitude ideológica, como aquele das relações político-econômicas entre o Brasil e os EUA.

Para tanto, esse artigo está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção será apresentado ao leitor o médico Américo Oliveira; após isso, será abordada a cultura material da eletrificação brasileira por meio da experiência capixaba, expressa nas páginas de A Gazeta e das falas de Américo Oliveira, e, por fim, uma conclusão composta pela comparação do caso capixaba com aqueles de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Recife, a partir da qual o texto é encerrado com a tese de que houve uma dissimulação dos agentes do capital da AMFORP no Brasil sobre a impossibilidade de conciliar a obtenção de lucros com as necessidades de desenvolvimento de um país emergente, o que contou com reações e resultados diversos nas regiões brasileiras.

A “imagem da Pátria” no espírito de um “homem da imprensa”

O jornal A Gazeta foi um dos meios de comunicação pelo qual mais se acusou e defendeu a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) no Espírito Santo. O aspecto duplo fornece indicações sobre a estruturação do poder político no estado. Sob o comando do editor chefe Eurico Rezende, em 1945, o jornal de Elosippo Cunha fez propaganda política da União Democrática Nacional (UDN) e da campanha pela eleição do então candidato brigadeiro Eduardo Gomes (MARTINUZZO, 2005).

Nesse contexto, o corpo jornalístico divulgou aspectos simbólicos do partido udenista, caracterizado pela crítica moralista no campo político. O liberalismo político se somou ao moralismo da narrativa que envolveu as contas públicas e os debates políticos. Eurico Rezende fez críticas desse teor à CVRD, de 1946 até 1948, delimitando um discurso para o jornal (FURNESS, 2014). No ano de 1948, no entanto, este editor chefe se transferiu para o jornal A Tribuna, que então havia passado para o controle de Elosippo Cunha e Fernando Duarte Rabelo, oposição às lideranças do Partido da Social Democracia, Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. A Gazeta, por sua vez, passou ao domínio de Carlos Lindenberg, tendo como novo editor chefe José Olympio (FURNESS, 2017).

Transitando entre os dois momentos de A Gazeta esteve o médico Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira. Com suas colunas iniciais intituladas *Repisando*, o médico fez críticas a empresa fornecedora dos serviços de eletricidade em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim. Após se apresentar por meio dessas colunas, Oliveira passou a assinar uma coluna totalmente dedicada à multinacional, intitulada de *Essa Central Brasileira...*

Infelizmente esse personagem histórico não tem muitos registros em bancos de dados de políticos ou pesquisas realizadas a seu respeito, apesar de ele fazer parte de uma geração de médicos famosos do Espírito Santo, com os quais ele tinha contato, vide o caso de Jayme dos Santos Neves e Dório Silva. Por isso, os únicos relatos bibliográficos surgem no momento de seu falecimento. Antes de adentrar ao combate entre o médico e a multinacional, é necessário conhecer um pouco desse personagem.

Seus colegas colunistas lamentaram a morte do médico, que faleceu com 68 anos em 1958, há um mês de completar 69 anos. Nascido em 26 de setembro de 1890, no estado

da Bahia, ele foi descrito como um nacionalista e democrata sincero por A Gazeta, que registrou a sua biografia. Formou-se em 23 de dezembro de 1912 pela Faculdade de Medicina da Bahia, cuja tese defendida para obtenção do diploma foi o tratamento da sífilis. Exerceu a profissão em Santo Amaro, na Bahia, até que se mudou para o Espírito Santo em 1917, residindo e trabalhando em São Pedro do Itabapoana, também morando em Guaçuí; em Anchieta e em Vitória (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Para além de fazer “da Medicina um verdadeiro sacerdócio, atendendo com o devotamento costumeiro a ricos e a pobres”, Oliveira também teria lutado “por ideais elevados”, ajudando a fundar a Associação dos Funcionários Públicos; o Serviço de Pronto Socorro; a Sociedade de Medicina do Espírito Santo; da “*Pio Matre*”; do Hospital Infantil. Se dedicou à proteção contra O “mal de Hansen” (hanseníase), “tendo prestado, sozinho, durante anos a fio, socorro aos leprosos sediados na ilha da Cal” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

No governo Florentino Avidos atuou na Campanha contra a Varíola no município de Anchieta; em Guarapari na Campanha contra o Tifo, e em âmbito estadual, na luta contra a “Febre Amarela Silvestre”; na luta contra a paralisia infantil e nos cargos de médico do Departamento de Saúde Pública; diretor do Hospital de Isolamento e ex-secretário da Educação e Saúde (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Casado com Virgínia América Ribeiro Oliveira teve dez filhos, formados engenheiros, médicos e professoras, “Pai amantíssimo e cidadão exemplar”. Como “homem da imprensa”, foi lembrado por ser um “exemplo para os jornalistas capixabas”, “Combativo, democrata, sincero e ardoroso, nacionalista convicto”, sempre se erguendo contra as injustiças. Segundo A Gazeta, ele “parecia ter permanentemente no espírito a imagem da Pátria”, não aceitando ele “a diminuição de sua Pátria”, “que a Terra em que nasceu fosse humilhada”, lutando contra os “os abusos” do poder econômico, “contra as companhias estrangeiras que exploram e judiam da boa-fé popular”. Não teria ele vendido o pensamento ou iludido o povo, não se calando “quando o interesse público estava em jogo” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Por unanimidade de votos, foi eleito Cidadão Capixaba no Dia da Cidade de Vitória de 1957, pela Câmara Municipal de Vitória, o que lhe gerou comoção “pelo reconhecimento público pelos inúmeros serviços que prestou ao Espírito Santo” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

Foi lembrado como amigo dos artistas, “um cultor e um admirador das Belas Letras”, sempre recebendo músicos e grandes artistas “na santidade do seu lar”, além de estimular as estações de rádio do Estado, a exemplo da Rádio Canaan. Foi homenageado por membros da loja maçônica “União e Progresso” e “Domingos Martins” (A GAZETA, 1958, p. 8-5).

O Colunista Ciro Vieira da Cunha lembrou de uma situação pessoal, na qual a sua esposa havia sido acometida de febre tifoide, e internada no Hospital de Isolamento, que, apesar dos “parcos recursos”, pareceu, pelas mãos do médico, “a impressão de estar numa casa modelar”. Indicou que o médico chegou tentar participar da política, tendo, no entanto, colhido “uma desilusão”, à qual não revela. Mas cita a noção que o médico tinha do orçamento público, que deveria ser dedicado aos hospitais. Segundo o relato de Ciro Vieira

da Cunha, o médico dizia que era de hospitais que o público precisava, e não de escolas, pois “De doença, a gente morre. De burrice ninguém morre!” (CUNHA, 1958, p. 1).

Esses documentos indicam que a atuação do médico, do reconhecimento de sua ação pública tanto em sua profissão, quanto em seu ativismo na formação da opinião pública. Relatado como um “nacionalista convicto”, o médico teve a sua carreira dedicada à sua profissão, mas ele tentou ingressar na política, colhendo “uma desilusão”. De forma semelhante ao caso de Deusdedit Baptista em Cachoeiro de Itapemirim (FURNESS, 2019), é possível perceber na figura de Américo Oliveira o ativismo de um intelectual que desempenhou um papel social relevante na formação da opinião pública do Espírito Santo. Visível em suas atividades e na escrita das colunas em *A Gazeta*, a sua figura se tornou um referencial para diversos colunistas de *A Gazeta*, como Darli Santos e Ciro Vieira da Cunha. É notável que a Coluna *Espelho da Cidade*, assinada por Santos, teve grande influência de Américo Oliveira, que já em 1950 era reconhecido como um “brilhante colaborador”, em sua “série de artigos de maior repercussão”, um “intérprete do pensamento da coletividade capixaba” (SANTOS, 1950, p. 8).

Este foi relatado como “um espírito vigoroso e combativo”, que, apesar das “suas inúmeras ocupações”, “encontra tempo para, pela imprensa, fustigar o que reputa de errado, demonstrando um espírito vigoroso e combativo” (SANTOS, 1950, p. 8).

Nesse quesito, as *representações de um intelectual*, nas palavras de Edward Said, são perfeitamente encontradas na figura de Américo Oliveira, indivíduo que foi “reconhecível publicamente”, envolvendo, “ao mesmo tempo, compromisso, ousadia e vulnerabilidade” (SAID, 2005, p. 27).

Américo Oliveira versus a American Power: Essa Central Brasileira...

As narrativas de Américo Oliveira sobre a Central Brasileira indicam tanto a cultura material gerada em torno da eletrificação do Brasil e do Espírito Santo, como para o processo político gerado em torno da subsidiária da AMFORP no Brasil e a sua configuração no Espírito Santo. Em pesquisa anterior (FURNESS, 2022), intitulada *A História nas pegadas do “Seu” Kilowatt: as relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP*, algumas conclusões foram alcançadas acerca da situação dos serviços em eletricidade, transportes e telefonia em seis zonas de concessão da multinacional por cerca de 30 anos, assim como foram encontradas centenas de críticas nos jornais locais e diversos debates nas casas legislativas no que toca aos contratos firmados entre a AMFORP e os estados (FURNESS, 2022).

A conclusão básica de tantos anos de crise nos serviços operados pelas subsidiárias da AMFORP foi a de que o processo de eletrificação brasileiro foi altamente dramático, com sérias dificuldades para alcançar padrões básicos de desenvolvimento econômico e de disseminação dos serviços nas principais cidades e capitais dos estados atendidos. Isso foi pior nas cidades em que o poder persuasivo arquitetado pela CAEEB para as suas associadas venceu e desarticulou os corpos social e político. Os casos do Rio Grande do Sul e de

Pernambuco indicam situações em que foi criado um consenso mínimo entre adversários e inimigos políticos para a retirada das subsidiárias da AMFORP de suas regiões (FURNESS, 2022).

O Espírito Santo figurou no meio termo entre um local que até teve uma grande mobilização político social contra a “Central Brasileira”, mas que esbarrou em um grande facciosismo político na obtenção da “unanimidade” ampla, política e social, fortalecendo o poder persuasivo da empresa. Curitiba, Natal e Niterói foram as localidades em que o poderio da AMFORP se afirmou, e, quando a sede estadunidense encaminhou a diversificação de investimentos para áreas mais rentáveis por meio da obtenção das indenizações das encampações, essas cidades seguiram até o fim com serviços dramaticamente ruins, quando o governo federal, em acordo com os estrangeiros, comprou o acervo da AMFORP, que passou ao controle da estatal Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) em 1965 (FURNESS, 2022).

As críticas feitas por Américo Oliveira à Central Brasileira em A Gazeta são de um tipo dentre várias possíveis para a análise do período, e são peculiares por serem longevas e interligadas pelo próprio autor, como se fossem parte de uma linha de raciocínio estendida por anos, confirmatória da desonestidade da companhia estrangeira. São dois os momentos que caracterizam as falas de Oliveira contra a Central: de 1945 até 1950 a crítica foi moralista, indicando a desonestidade da empresa e a falta de ação dos poderes públicos em punir um “contrato amigo”; de 1950 até 1953 o médico mudou a narrativa, e, apesar de usar argumentos com traços simbólicos do moralismo e da simbologia cristã, passou a indicar um desequilíbrio entre os interesses da “Central Brasileira” com aqueles capixabas, recorrendo a noções do nacionalismo para efetuar a sua propaganda contra o empreendimento (FURNESS, 2022).

No primeiro momento, as noções de *equilíbrio*, *contratos* e *autoridade* guiaram as críticas de Oliveira, que reclamou dos responsáveis pela fiscalização da empresa que a punissem por ela ser desonesta, criticando a postura pusilânime do estado, corrompido pela desonestidade. Em outra pesquisa precedente, intitulada *Os trustes do curral dos coronéis*, foi identificado que desde a redemocratização, em 1945, o campo político capixaba foi estruturado sob as noções de *equilíbrio*, *autoridades* e *contratos*, o que aplicado ao caso da eletricidade ficou estruturado da seguinte maneira: seria possível existir o *equilíbrio* entre interesses privados internacionais e públicos nacionais com a fiscalização dos *contratos* pelas *autoridades* (FURNESS, 2017).

No entanto, a década de 1950 trouxe novas demandas para o país, dentre as quais solucionar os problemas da produção e da distribuição de energia elétrica. No âmbito do governo federal foi criado um conjunto de leis dispostas a municiar as regiões com recursos para proceder a eletrificação do país, o que permitiu aos governos estaduais se aparelharem para produzir energia elétrica (RIBEIRO, 2013).

Nesse momento, muitas falas transitaram das noções de moralismo sobre os desmandos do setor público para a identificação de um *desequilíbrio intrínseco* das relações entre empreendimentos privados internacionais com os interesses públicos nacionais,

eivado de leituras nacionalistas. Esses fatores são perceptíveis nas falas de Américo de Oliveira, e, apesar de elas não terem garantido uma politização ideológica mais ampla do tema da eletricidade e uma mobilização sócio-política mais efetiva, foi um fator relevante que ocupou espaço em todas as regiões analisadas em minha tese: Rio Grande do Norte; Pernambuco; Rio de Janeiro; Vitória; Porto Alegre e Curitiba (FURNESS, 2022).

O sucesso da persuasão ou aquele da resistência dependeu de vários fatores em interação, dentre os quais a construção de um consenso mínimo sobre o que fazer para desfazer os entraves que a falta de energia elétrica vinha causando ao país. Nesse momento do artigo, vou indicar, portanto, aspectos da cultura material gerada pelo processo de eletrificação brasileiro juntamente aos combates travados por Américo Oliveira *versus American Power*, nas páginas de *A Gazeta*, com a identificação das nuances regionais e das lutas/ conciliações entre brasileiros e estrangeiros.

Os primeiros problemas aos quais o médico se dedicou foram àqueles relativos ao dia a dia da cidade, das dificuldades que as pessoas encontravam nos transportes, no consumo de eletricidade e de telefonia. Oliveira assinou três colunas em *A Gazeta*, sendo a primeira intitulada *Dois Males*, a segunda *Repisando* e a terceira e mais robusta *Essa Central Brasileira...*

Em *Dois Males* ele fez duras acusações à empresa, considerada um dos dois empecilhos do desenvolvimento de Vitória. Em crítica ao serviço de transportes de bondes da companhia, relatou que a empresa, achando-se “superior a tudo e a todos”, transportava os passageiros de maneira “displicente” e “indiferente”, com carros “abarroados de passageiros, que apinhados e agarrados uns aos outros dão o aspecto de verdadeiros enxames humanos” (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

A causa para tal lide com o público seria a sensação da empresa, de ser “superior a tudo e a todos”, como “um verdadeiro Estado dentro do Estado”, totalitária e absoluta”. Comparou a empresa a um tumor de “difícil extirpação”, que ameaçava o organismo do qual se nutria (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

Na coluna *Repisando*, o médico acusou a empresa de não ter “o menor interesse em servir ao povo, que lhe sustenta [va] os dismantelos”, preocupando-se mais os seus diretores em aumentar os dividendos da empresa para obter gratificações proporcionais ao rendimento (OLIVEIRA, 1946, p. 6).

Em *Essa Central Brasileira... é* que Oliveira faria a sua longa campanha contra a Central Brasileira. Foram publicados 25 artigos de 11 de agosto de 1948 até 23 de janeiro de 1953. No primeiro número da campanha, disse estar a empresa “de posse de um contrato amigo”, o qual usava para obter vantagens sem cumprir as cláusulas contratuais (OLIVEIRA, 1948, p. 4).

Além de pedir dinheiro emprestado ao estado do Espírito Santo, numa tentativa de “biscoitar o dinheiro do Estado”, roubaria dos consumidores quando cobrava o aluguel dos medidores, no valor de Cr\$ 0,20 centavos (OLIVEIRA, 1948, p.4).

Em *Repisando* ele cravou que nada modificaria a atuação da empresa em Vitória, pois, segundo ele, “A Companhia não veio aqui para contar os bezerros e sim tirar o leite”.

Acusou a existência de um contrato entre o Estado e a companhia que nunca foi cumprido, burlado por argumentos falsos (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

A Central Brasileira estaria argumentando sobre os efeitos da guerra para a sua capacidade de obter materiais de reposição no exterior, afetados pela guerra, obtendo como resposta de Américo Oliveira o fato de a CVRD receber iguais materiais pelo Porto de Vitória, sem os embaraços da guerra (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

Desse modo, além dos problemas nos serviços de transportes, a energia elétrica, “deficientíssima e caríssima”, seriam um verdadeiro entrave para o progresso capixaba, ambos problemas que deveriam ser resolvidos pelas autoridades capixabas (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

O médico se preocupava com a altura dos estribos dos bondes, altos para o embarque e problemático para a saúde dos passageiros, especialmente as pessoas idosas. Em Essa Central Brasileira V e o médico entrevistou seus colegas de profissão acerca dos malefícios dos estribos de bondes altos, para obter legitimidade técnica para a crítica à Central. Médicos como Dório Silva; Jayme dos Santos Neves; Nestor Leal; Afonso Bianco; Arnaldo Andrade; Carlos Teixeira; José Timóteo; José Carvalho, Lucilo Santana; Luiz Castelar; Monsuetta Abreu; Miletto Rizzo; Moacyr Ubirajara; Otávio Guasti, e Mário Bossois deram pareceres negativos ao uso dos estribos de bondes altos da Central Brasileira, que prejudicariam a saúde ergonômica de seus passageiros (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

Figura 1: Imagem do “Seu” Kilowatt em matéria especial publicada por A Gazeta em 23 de janeiro de 1949.



A Gazeta (1949, p. 10-5).

Américo se referiu mesmo a publicidade da Central Brasileira, o “Seu” Kilowatt, personagem utilizado para disseminar a narrativa da empresa. Em um anúncio o personagem teria dito ser o seu “Pesadelo!” a falta de materiais; os custos da mão de obra e o desgaste excessivo de suas instalações. Oliveira então respondeu dizendo: “Sonhei”, e, no sonho, a Central teria falido e fora substituída por uma empresa chamada T.U., Transportes Urbanos, que, comandada por um empresário jovem e de origem inglesa teria resolvido os problemas do fornecimento de eletricidade e de transportes (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

No fim do sonho, contudo, o médico teria acordado com o barulho da oficina da Central Brasileira, “cujo barulho é tal que se dá a impressão de ser uma sucursal do inferno” (OLIVEIRA, 1946, p. 3).

O tipo de produção de energia elétrica da Central Brasileira era hidrelétrica, por meio das fontes de produção de Fruteiras e Jucu, e termoelétrica no Centro de Vitória, na Usina “Convertedora”. Os motores alimentados à óleo eram previstos como um dispositivo de emergência, o que, no entanto, se tornou permanente, gerando grandes incômodos aos moradores das redondezas da rua 7, no Centro de Vitória (A GAZETA, 1948, p. 4).

Sobre os serviços de telefonia, relatou Oliveira, a empresa buscava economizar dinheiro, e, ao invés de comprar mais linhas e contratar mais funcionárias, fazia comutações, sobrecarregando ambas, utilizando “material antigo, imprestável e gasto”. “E as pobres telefonistas, que, além de sobrecarregadas desumanamente de serviços, ouvem até o que o diabo enjeitou do inferno por parte dos assinantes impacientes (OLIVEIRA, 1948, p. 3).

No ano de 1949, A Gazeta, então posse de Carlos Lindenberg, desautorizou Américo Oliveira publicamente. Nesse ano A Gazeta produziu uma matéria especial com uma entrevista ao gerente da Central Brasileira, Mr. Brown, momento em que questionou se a empresa seria mesmo “tão desorganizada”, “tão prejudicial ao Espírito Santo”, se as suas rendas seriam “de fato astronômicas” (A GAZETA, 1949, p. 10-5).

Nessa publicação foi encontrada a única adaptação autorizada da imagem do “Seu” Kilowatt por um agente externo à companhia, no caso, A Gazeta, pois as diversas menções a ele por colunistas se deram unicamente pela via textual (figura 1). Desse modo, a Central Brasileira cedeu o seu anúncio para a matéria especial de A Gazeta (FURNESS, 2022).

Após essa publicação, Américo Oliveira seguiu com as suas publicações contra a Central, dizendo que ela recusava a fiscalização local quando lhe interessava, buscando o governo federal, mas que recorria à administração estadual quando queria aumentos tarifários. No rodapé da publicação de Oliveira a Gazeta indicou “não endossar conceitos de natureza alguma emitidos em trabalhos assinados por seus colaboradores” (OLIVEIRA, 1949, p. 3).

Nesse momento o jornal se dissociou da crítica de Oliveira à Central. A Gazeta havia mudado de donos, e da crítica udenista ao Estado, o jornal passou a ser representante do então governador do Espírito Santo, Carlos Lindenberg, que se apresentou solidário aos anseios da Central Brasileira e à sua narrativa (FURNESS, 2017; FURNESS 2022). Em resposta, Oliveira esclareceu não ter pedido “endosse algum” para as suas publicações, e

que apenas havia pedido para que fossem publicados os seus artigos para informação da população (OLIVEIRA, 1949, p. 4).

Em 1949 foi anunciada a instalação de mais um motor diesel elétrico na usina “Convertedora”, no Centro de Vitória, com a promessa da empresa de promover melhorias para os serviços de eletricidade. A Gazeta manteve o seu apoio à multinacional, ao mesmo tempo que continuou a publicação de matérias críticas à Central Brasileira.

É possível que o jornal tenha usado as críticas populares e dos seus colunistas para pressionar a companhia a contratar espaços de publicação de anúncios do “Seu” Kilowatt como forma de aplacar as críticas e obter solidariedade de A Gazeta. Fato é que no início da década de 1950 o jornal declarou apoio público a Central Brasileira, e isso foi um fator ideologicamente justificado.

Mais de 200 matérias críticas foram publicadas em A Gazeta do ano de 1946 até 1959, por meio das seguintes colunas: *Essa Central Brasileira...*; *Espelho da Cidade*; *Diversas*; *Queixas & Reclamações e Cidade Presépio*. Tanto queixas populares quando aquelas de colunistas como Américo Oliveira bombardearam a Central Brasileira com críticas aos seus serviços.

Américo Oliveira, no início da década escreveu que “era sempre para pior a marcha dessa maldita Companhia, que explora, em nosso meio, os serviços de eletricidade”. Teriam se passado “dias, semanas, meses, anos, decênios sem que tenhamos o menor melhoramento”, continuando a população “agachados, de cócoras, suportando o tacão dessa empresa desonesta”, que “só deseja saber onde está o dinheiro para lhe arrancar dos bolsos exauridos”. Estaria a empresa mantendo as irregularidades no atendimento aos consumidores, com “aumento roubado do aluguel dos medidores domiciliares”; “trocós de passagens feitos com passes clandestinos”; “taxas de centenas de telefones comutados”; “aumento de passagens”; “aumento de taxas de luz e mais ainda o pagamento de óleo combustível, feito precisamente pelos contribuintes, para o motor recém-chegado produzir muito ruído, queimar lâmpadas, rádios e demais utensílios”. Além de estragar os aparelhos, o motor produziria um “ruído infernal”, com uma “trepidação forte do tal motor diabólico” (OLIVEIRA, 1950, p. 3).

A Gazeta, então, esclareceu “ser um órgão de opinião, fundado e mantido para defender as ideias de seus proprietários ou de seus redatores”. Mesmo que a noção de defesa dos interesses de um grupo tenha avançado “bastante”, com o surgimento da informação desinteressada, disse ser “um jornal preocupado com o serviço a verdade”, sem falsificar, inventar ou envenenar “por uma coluna de liberdade”. Por isso, estaria A Gazeta “defendendo bastante a empresa de Força e Luz de Vitória, toda vez em que é preciso fazê-lo”, pois a questão da eletricidade “não só em nosso país, como em todo o mundo, está sujeita a fatores que nem sempre são criadas perlas pessoas para desorientá-las, perturbar lhes a serenidade, é sempre desaconselhável” (A GAZETA, 1950, p. 8).

O jornal deu espaço para o discurso do gerente da companhia, que falou sobre o aumento da capacidade geradora em 30%, mas que não seriam suficientes para atender o aumento da demanda, pois a energia “barata” teria passado a ser amplamente usada pela indústria, pelo comércio e pelo ambiente doméstico, com “altos custos”, o que gerou a

necessidade de grandes inversões de capital, tarefa realizável com o aumento de tarifas dos serviços para a atração de investimentos (A GAZETA, 1949, p. 8).

A narrativa da empresa, impressa tanto nas entrevistas quanto na publicidade do “Seu” Kilowatt, se referia a necessidade de aumentar tarifas para gerar atração de investimentos que seriam invertidos em obras mais amplas para o desenvolvimento da produção de energia elétrica. Desde 1946, esse discurso culpou não só a guerra, mas também as autoridades e as legislações regulatórias pelas dificuldades na melhoria dos serviços. Portanto, a busca pelo aumento de tarifas foi constante desde a redemocratização, com a contemplação dos interesses das subsidiárias da AMFORP. No Espírito Santo, a empresa aplicou paliativos por meio da compra de motores termelétricos, e, mesmo obtendo aumentos repetidamente, não investiu na estrutura de suas instalações, mantendo a exploração termelétrica sem desenvolver os projetos de expansão do Jucu e de Fruteiras. A narrativa da empresa contou com o apoio de Carlos Lindenberg e de A Gazeta (FURNESS, 2022).

O discurso combativo de Américo Oliveira então ganhou novos contornos, acusando exatamente a questão da importação de óleo combustível ao invés do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Espírito Santo. O médico passou a acusar a empresa de fazer parte de uma “pirâmide”, de um “conglomerado”, sendo o “X” da questão o fato de a empresa comprar óleo de uma empresa irmã, parte do mesmo empreendimento. Acusou a Central Brasileira de ter “má vontade” com os capixabas, pois não haviam “consertado os vazamentos de nossas represas, alguns desses tapados à estopa”. Ao par dessa atitude, a companhia estaria realizando “entrevistas pomposas, longas”, que “deslumbram”, anunciando “melhoramentos suntuosos, mas irrealizáveis”, se aproveitando para pedir um “pequeno aumento” (OLIVEIRA, 1950, p. 3).

Enquanto o médico avolumou as suas críticas à Central, um edil de Vitória, Hermógenes Lima Fonseca, desafiou Carlos Lindenberg da Câmara dos Vereadores, exatamente sobre a compra de combustível no exterior para alimentar os motores da Central Brasileira. A empresa, seguiu o vereador, “ao invés de aumentar suas usinas hidráulicas, colocaram um motor que consome óleo que vem de uma sua concessionária”, a *Standard Oil*, pertencente ao grupo Morgan. Disse que o governador poderia mandar chamar a polícia para prender novamente, pois ele iria “lançar boletins, mostrando ao povo, outra vez, a situação econômica e financeira da Cia. Central Brasileira”, esclarecendo que ele “está sendo roubado com a complacência do Sr. Governador” (FONSECA, 1950, p. 4).

Portanto, Lindenberg, dono de A Gazeta, foi acusado de atuar em favor da Central Brasileira, o que se soma ao seu apoio público à companhia estrangeira em seu jornal. E Américo Oliveira seguiu para um discurso muito próximo ao de Hermógenes.

Em 1952, Américo Oliveira comentou mais um pedido de aumento de tarifas feito pela Central Brasileira, o que chamou de “artimanhas verdadeiramente diabólicas”, que fazia ao dificultar a prestação de seus serviços para obter aumentos tarifários. Segundo ele, a empresa estaria se antecipando à perda de demanda para o “óleo diesel importado das congêneres da célebre pirâmide” e dos “motores nocivos e barulhentos” devida à

concretização dos investimentos estatais em energia elétrica para tentar se livrar do serviço de bondes (OLIVEIRA, 1952, p. 3).

À época desse aumento, a Central era chamada na coluna *Diversas* de “inimiga nº 1 de Vitória” (SANTOS, 1952, p. 8).

“Que tortura meu deus, para nós capixabas”, exclamou Oliveira, ao dizer que o povo continuava às escuras, “faltando energia em quase toda a cidade, prejudicando fábricas, oficinas, etc”. A tortura era também o fato de os telefones “não prestarem” e o serviço de bondes ser “deficiente e caro”. O povo teria, em sua “alta sabedoria”, chamado a companhia de “Central Caveira de Burro”, por esta tratar Vitória como “burgo podre, terra de ninguém”. A empresa entoaria “a mesma cantiga de sempre” quando quer adquirir mais motores à óleo, pois “suspende o fornecimento de luz, dificulta o trânsito dos bondes” e “lança mão de todas as misérias”, declarando pelos jornais que não há água, e, desse modo, “pouca energia para luz e bondes”. Os motores a óleo serviriam, reiterou, a uma “pirâmide que [se] espalha pelo mundo as suas filiais como a CCB”. Como o governo de Jones dos Santos Neves estava prestes a “livrar Vitória da empresa” com investimentos em hidroelétricas, excomungou a Central dizendo: “Vade Retro” (04/11/1952, p. 3). Enquanto isso não acontecia, seria “triste a situação daquela gente que habita a zona da Convertedora, agora convertida em “infernolândia” ou “infernópolis” (OLIVEIRA, 1953, p. 3).

O investimento ao qual Américo Oliveira se referia era o projeto de criação da Escelsa, realizado em 1951 por meio do Plano Estadual de Eletrificação, do governo de Jones dos Santos Neves (RIBEIRO, 2013). Tal planejamento se concretizou no ano de 1956, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, e aos poucos foi dando as capixabas o lastro necessário para o enfrentamento ao empreendimento estrangeiro aos seus interesses. Os locais mais combativos aos interesses estrangeiros foram aqueles em que os governos estaduais criaram autarquias para atuar no desenvolvimento e na produção de energia elétrica (FURNESS, 2022).

Enquanto esse processo não se concretizou, o padrão da Central Brasileira, em alinhamento com a CAEEB e suas subsidiárias, foi o de fazer investimentos paliativos no setor de produção, pleiteando o aumento de tarifas dos serviços de telefonia, eletricidade e transportes. Isso naturalmente gerou grande insatisfação não só do público consumidor, como dos industriais e dos comerciantes, que viam seus desejos de desenvolvimento econômico frustrados pela falta de força e luz e pelos altos preços dos serviços. Quando o Estado passou a investir nas usinas hidroelétricas de Bonito e Suíça e na criação da Escelsa, os políticos capixabas desenvolveram o lastro para combater os interesses privados internacionais.

O discurso de Américo Oliveira permaneceu com a marca do moralismo udenista, mas adicionou o fator nacionalista, acusando a origem estrangeira dos interesses que regiam o empreendimento da AMFORP. Em 1958 Oliveira faleceu, porém, o tom do seu discurso foi verbalizado por outros colonistas de A Gazeta, como Darli Santos; Érico Neves e Ciro Vieira da Cunha. O fato de A Gazeta defender a Central Brasileira e, ao mesmo tempo permitir que Américo Oliveira a confrontasse pode ter sido uma estratégia do próprio

jornal em manter a crítica sob um viés controlável, assim como uma forma de obrigar a Central Brasileira a buscar a solidariedade empresarial por meio da compra de espaço para anúncios no jornal. Mas o fato de a narrativa do médico ter se alterado indicou que novas possibilidades despontaram no campo político capixaba, dando lastro às autoridades para sanar os desequilíbrios entre os interesses privados internacionais e aqueles públicos nacionais.

O nacionalismo surgiu como uma possibilidade e uma noção apropriada por vários indivíduos na esfera pública regional, o que gerou mobilização popular. No entanto, outros fatores impediram que a experiência capixaba fosse bem-sucedida no enfrentamento as subsidiárias da AMFORP, como foi no caso do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Nesses locais, a CEERG e a Pernambuco Tramways foram encampadas segundo os princípios de “unanimidade” e de “judicialização” da encampação, no qual as autoridades regionais desfecharam golpes fatais aos interesses estrangeiros no Brasil.

Conclusão

A Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) foi vendida ao governo federal em 1965, passando a fazer parte da Eletrobrás. Esse evento fez parte do processo de “domesticação” da indústria de eletricidade no Brasil, e ocorreu segundo uma conciliação entre o governo que aplicou o golpe civil-militar e aqueles estadunidenses, que se aferraram a busca de indenização pelas propriedades de suas subsidiárias (HAUSMAN et al., 2008). Usando o poderio da CAEEB, a AMFORP organizou uma narrativa e toda uma estrutura empresarial que se esforçou para obter a solidariedade das autoridades regionais e o convencimento público para os seus interesses (FURNESS. 2022).

Esse poder persuasivo foi confrontado quando houve uma “unanimidade” política regional em torno da necessidade de os governos estadual e municipal controlarem a produção e a distribuição de energia elétrica. Na década de 1950 o assunto foi ganhando corpo por conta das medidas do 2º governo Vargas para possibilitar aos estados obterem recursos para se aparelharem no setor, fugindo da dependência das empresas estrangeiras. Com isso, os campos políticos contiveram um maior volume de discursos em apontavam para o desequilíbrio de interesses e vantagens entre empreendimentos estrangeiros com os interesses públicos nacionais.

No Espírito Santo, Américo Oliveira foi uma voz que se fez ouvir pelo público capixaba contrariamente à Central Brasileira, e a alteração do seu discurso, do moralismo somado ao nacionalismo, indica que o médico pode ter: 1) sido influenciado pelo ambiente político; 2) se informado sobre a empresa ou, em um campo hipotético, 3) ter adotado uma estratégia de comunicação ao partir dos temas mais concretos relativos à Central Brasileira em 1940 para ampliar debate ideológico em 1950.

Entretanto, o apoio de A Gazeta à Central, apesar de proporcionar ao historiador a possibilidade de captar a curiosa presença de tantas críticas a empresa, indica o esforço de Carlos Lindenberg em fazer coro aos argumentos multinacional.

Em 1960 ocorreu uma grande mobilização popular contra a Central Brasileira em Cachoeiro de Itapemirim e em Vitória, o que culminou na campanha “Não pague a sua conta”. Lindenberg, novamente eleito governador do Espírito Santo, tentou manter a movimentação sob controle, evitando o que considerava “agitações” presentes em todo o país. Arrastado pelo movimento contra a Central, ele procurou manter o evento despolitizado, alheio a pauta nacionalista, e, para aplacar o ímpeto não só da população como dos setores do comércio e da indústria, pediu o tombamento contábil da empresa ao Ministério de Minas e Energia (MME). No entanto, se retirou do cargo em 1962 para se dedicar ao senado, e deixou o assunto para o seu sucessor, que, pelas movimentações políticas, foi o presidente da Assembleia Legislativa, Hélsio Cordeiro (RIBEIRO, 2013).

O campo político que não fechou uma “unanimidade” em torno do assunto e nem seguiu os passos de envolver a justiça estadual para lidar com o poderio persuasivo da AMFORP/ CAEEB, como ocorreu no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, deixou o tema da encampação da eletricidade trepidar na estreita esfera pública capixaba, nas mãos de um opositor de Lindenberg. Cordeiro tentou realizar a encampação da empresa, o que encontrou resistência da Central, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). Este decidiu contra a encampação, que teria sido ilegal (RIBEIRO, 2013).

48

O caso capixaba, desse modo, foi finalizado com a troca de acusações entre o grupo de Lindenberg e a Coligação Democrática, liderada por Francisco Lacerda de Aguiar sobre os erros na condução e na efetivação da encampação da Central Brasileira, que conseguiu fazer o empreendimento ser indenizado por meio de um acordo com o governo federal em 1965.

Américo Oliveira *versus American Power*, desse modo, indicam não só duas qualidades de discursos mobilizados contra a AMFORP e suas subsidiárias, mas também o exercício do poder persuasivo da multinacional junto às autoridades locais. Além disso, permite ao leitor acompanhar a continuidade das dificuldades que o Brasil e o Espírito Santo encontraram em se adequar à nova cultura material que emanou dos países da ponta do capitalismo para um país emergente. Existiu a tensão entre os interesses privados internacionais e aqueles públicos nacionais, com faíscas nos combates regionais.

Referências Bibliográficas

Obras completas

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. v. 1: As estruturas do

cotidiano: o possível e o impossível, 1997; Vol. 2: Os jogos das trocas, 1998; Vol. 3: O tempo do mundo, 1996.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História.** Como os historiadores mapeiam o passado. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HAUSMAN et al. *Global Electrification: Multinational enterprise and international finance in the history of light and power.* Nova Iorque: Cambridge, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

JONNES, Jill. *Empires of light. Light, Tesla, Westinghouse and the race to electrify the world.* Nova Iorque: Random House, 2004.

MARTINUZZO, José Antônio. **165 anos de jornalismo no Espírito Santo: Impressões capixabas.** Espírito Santo: Ufes, 2005.

NYE, David. *Electrifying America. Social Meanings of a new technology.* Massachusetts: MIT PRESS, 1992.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo.** Vitória: Edufes, 2014.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Teoria e Metodologia em História: o tratamento das fontes.** Espírito Santo: Ufes, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos Destinos.** História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896-1968. Espírito Santo: Edufes, 2013.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos de capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927).** São Paulo: Edusc, 2010.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: As conferências do Reith de 1993.** Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Artigos

HAUSMAN, William J; NEUFELD, John L. *The economics of electricity networks and the Evolution of the U.S. Electric Utility Industry, 1882-1935. Business History Conference*, v. 2, 2004. Disponível em: <https://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2004/HausmanNeufeld.pdf>. Acesso em: 18/02/2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In.: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX,** Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2007.

Teses, dissertações e monografias

FURNESS, Douglas Edward Grandson. *A História nas pegadas do “Seu” Kilowatt: as relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP (1936-1965)*. 2022. 554 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. *As representações sobre a CVRD e a campanha o petróleo é nosso em A Gazeta, 1948*. 2014. 100 f. Monografia de final de curso (graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciência Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. *Os trustes no “curral” dos coronéis. Indústrias de bases e serviços no debate capixaba de 1940*. 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Capítulos de livro

FURNESS, Douglas Edward Grandson. As representações de um intelectual em Cachoeiro de Itapemirim: Deusdedit Baptista, o educador socialista. *In.*: NASCIMENTO, Bruno; OLIVEIRA, Ueber (Org.). *Os Pensadores do Espírito Santo*. v. 3. De Judith Castelo a Graça Andreatta. Vitória: Milfontes, 2019.

50

Fontes primárias

A ATUAL GERÊNCIA DA CENTRAL. *A Gazeta*, Vitória, 27 jun. 1952, p. 8.

A VERDADE SOBRE A CENTRAL BRASILEIRA. *A Gazeta*, 23 jan. 1949, p. 10-5.

ACONTECEU EM 1949. *A Gazeta*, Vitória, 24 jan. 1950, p. 8.

CUNHA, Ciro Vieira. Américo Oliveira, *A Gazeta*, Vitória, 31 ago. 1958, p. 1.

FONSECA, Hermógenes Lima. *A Gazeta*, Vitória, 11 ago. 1950, p. 4. Coluna Câmara Municipal.

O FALECIMENTO DO DR. AMÉRICO OLIVEIRA. *A Gazeta*, Vitória, 17 ago. 1958, p. 8-5.

O NOVO DIESEL DA CENTRAL. *A Gazeta*, Vitória, 05 dez. 1948, p. 4.

OLIVEIRA, Américo. Dois Males. *A Gazeta*, Vitória, 20 jul. 1946, p. 3.

—————. Central Brasileira. *A Gazeta*, Vitória, 01 set. 1946, p. 6. Coluna Repisando.

—————. Central Brasileira em Vitória. *A Gazeta*, Vitória, 09 nov. 1946, p. 3. Coluna Repisando.

OLIVEIRA, Américo. Essa Central Brasileira V. *A Gazeta*, Vitória, 25 set. 1946, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Sonhei. *A Gazeta*, Vitória, 11 dez. 1946, p. 3.

—————. Essa Central Brasileira I. *A Gazeta*, Vitória, 11 ago. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira II. *A Gazeta*, Vitória, 05 set. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira IV. *A Gazeta*, Vitória, 25 set. 1948, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira IX. *A Gazeta*, Vitória, 12 abr. 1949, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira X. *A Gazeta*, Vitória, 30 abr. 1949, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XV. *A Gazeta*, Vitória, 01 jan. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XVI. *A Gazeta*, Vitória, 22 abr. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XXIII. *A Gazeta*, Vitória, 09 jan. 1952, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

—————. Essa Central Brasileira XXV. *A Gazeta*, Vitória, 23 jan. 1953, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

PERSONALIDADE DO DIA. *A Gazeta*, Vitória, 14 jul. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

REPERCUSSÃO. *A Gazeta*, Vitória, 16 jun. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.